

HABEAS CORPUS Nº 570.424 - RS (2020/0079133-4)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
IMPETRANTE : FELIPE RIETH SGARBOSSA
ADVOGADO : FELIPE RIETH SGARBOSSA - RS100351
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : LEONARDO DE OLIVEIRA DE MORAIS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LEONARDO DE OLIVEIRA DE MORAIS em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Narra o *writ* que o paciente foi preso preventivamente no dia 25/11/2019, pela suposta prática do crime previsto no art. 288 do Código Penal. A denúncia foi oferecida no dia 28/11/2019.

Assevera o impetrante que postulou a revogação da prisão preventiva na origem, contudo, o pedido foi negado sob os fundamentos de que o paciente responde pelo delito previsto no art. 288 do Código Penal e por responder a outros processos. Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem, a liminar indeferida.

Sustenta que o paciente é primário, não cometeu crime envolvendo violência ou grave ameaça, é responsável por uma menina de 5 meses de idade, está preso há mais de 90 dias, está em presídio com mais do que o dobro da capacidade e faz referência à Recomendação n. 62/2020 do CNJ, diante da pandemia da COVID-19.

Requer a concessão da ordem liminar a fim de que seja revogada a prisão preventiva do paciente ou a substituição por prisão domiciliar, com fundamento no art. 5º, III, Constituição Federal, art. 316, 318, II e VI, do Código de Processo Penal, e o art. 4º, I, "a", "b" e "c", da Recomendação n. 62/2020 do CNJ.

É o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois

Superior Tribunal de Justiça

não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. SÚMULA 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE. SUPERAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PRISÃO DOMICILIAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO. 1. **Nos termos do Enunciado n. 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal, não é cabível *habeas corpus* contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou teratologia da decisão singular, sob pena de indevida supressão de instância.**

[...] (HC n. 486.900/SP, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 26/2/2019.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF:

Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete sumular.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21-E, IV, c/c o art. 210 do RISTJ, **indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.**

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente